



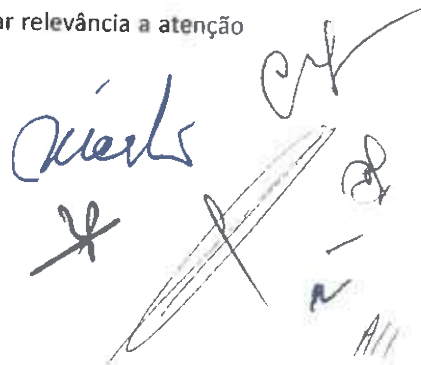
XI ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

"LIVRE CIRCULAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NO ESPAÇO DA CPLP"

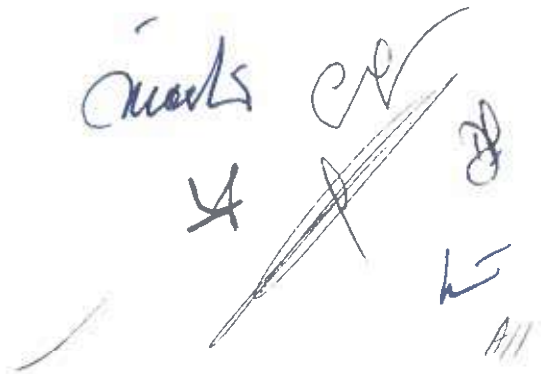
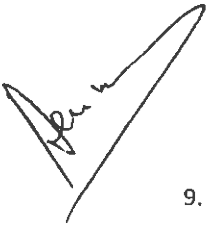
COMUNICADO FINAL

Lisboa, 25 de outubro de 2022

1. Realizou-se, nos dias 24 e 25 de outubro de 2022, em Lisboa, Portugal, a XI Reunião da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), sob o lema "Livre Circulação de Bens e Serviços no Espaço da CPLP".
2. Participaram na referida reunião representantes dos Parlamentos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial (Senado), Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, com ausência justificada do Senado e da Câmara dos Deputados do Brasil, em virtude da segunda volta das eleições presidenciais do Brasil.
3. No cumprimento do Programa determinado pela Presidência, a Reunião Plenária foi precedida pelas reuniões das três Comissões Permanentes e das duas Redes: Comissão 1 – Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação; Comissão 2 – Economia, Ambiente e Cooperação e Comissão 3 – Língua, Educação, Ciência e Cultura, Redes de Mulheres Parlamentares e de Jovens Parlamentares, que debateram os temas constantes das respetivas agendas.
4. A Comissão 1 – Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação cumpriu a agenda de trabalhos tendo sido realizado um ponto de situação da instalação do Secretariado Permanente (SP) da AP-CPLP. A Comissão foi informada do que, nesta matéria, resultou, da reunião do Conselho de Ministros da CPLP a 3 de junho passado tendo ficado decidido continuar os trabalhos para definir uma solução jurídica que satisfaça quer os objetivos da AP, quer o enquadramento da AP na CPLP. A Comissão 1 apreciou ainda uma saudação às autoridades da Guiné-Equatorial por ter sido alterado o código penal desse Estado-membro da CPLP que aboliu a aplicação da pena de morte. A Comissão 1 procedeu, ainda, a uma análise da situação política dos diferentes Estados-membros.
5. A Comissão 2 – Economia, Ambiente e Cooperação tendo apreciado os temas constantes da ordem de trabalhos concluiu com a tónica de que deve existir um esforço coletivo e coordenado no combate às alterações climáticas, nomeadamente às suas causas. Os recursos disponíveis deverão ser utilizados de forma sustentável de modo a mitigar os impactos negativos da crise climática. A educação ambiental deve ser encarada como área prioritária de atuação, assumindo particular relevância a atenção aos jovens e mulheres.



6. A Comissão 3 – Língua, Educação, Ciência e Cultura, após o debate concluiu que a AP-CPLP deve continuar a assumir o compromisso de dinamizar e promover iniciativas para a operacionalização do Programa Pessoa – CPLP. Sobre a temática da Desinformação conclui-se que o fator chave reside na comunicação permanente entre os vários agentes, contribuindo para que a comunicação na esfera pública seja equilibrada e resiliente, respeitando a premissa da verdade. A Comissão apreciou uma moção apresentada pelo Parlamento Nacional de Timor-Leste sobre a cooperação na área da cultura.
7. A Rede de Mulheres Parlamentares da CPLP cumpriu a agenda de trabalhos, tendo feito um ponto de situação sobre a situação política e económica de cada país, com enfoque na dinâmica de género, não só no âmbito parlamentar, como em geral. Em complemento, as parlamentares destacaram o particular impacto negativo da pandemia COVID-19 e da crise inflacionária na vida das mulheres. De seguida a Presidente apresentou o balanço da Implementação do Plano de Ação da Rede de Mulheres da AP-CPLP relativamente a 2021-2022.
8. A Rede de Jovens Parlamentares da CPLP cumpriu a agenda de trabalhos, tendo destacado a importância da participação dos Jovens Parlamentares nas Missões de Observação Eleitoral, que prestigia e dignifica a instituição, a CPLP e os países participantes. No seguimento da apreciação do tema da agenda, consideraram a mobilidade como fator determinante para o desenvolvimento de competências dos jovens dos países da Comunidade de Língua Portuguesa.
9. Realizou-se também a reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais, que apreciou a agenda de trabalho da XI Reunião da AP-CPLP, a qual foi submetida à Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP. Tendo igualmente avaliado os temas discutidos nas reuniões das Comissões, os Presidentes dos Grupos Nacionais concluíram no sentido de se fazer constar no comunicado final um resumo das preocupações manifestadas pelos parlamentares em relação aos temas da mobilidade e das alterações climáticas e insegurança alimentar.






10. A Cerimónia de Abertura foi presidida pelo Presidente da Assembleia da Nacional Popular da Guiné-Bissau, Deputado Cipriano Cassamá, que agradeceu a disponibilidade da Assembleia da República, na pessoa do seu Presidente, Deputado Augusto Santos Silva, em acolher a XI Assembleia Parlamentar da CPLP. Nas intervenções proferidas durante a Sessão de Abertura, os oradores destacaram que o tema escolhido para a sessão plenária intercalar, para além da sua atualidade, torna a Comunidade de Língua Portuguesa mais forte e unida, reiterando que a Assembleia Parlamentar é o órgão de excelência na promoção do diálogo político e do debate sobre as questões transversais à comunidade.

11. A Reunião Plenária continuou no dia 25 de outubro, tendo sido apresentadas as intervenções dos parlamentos subordinadas ao tema da reunião "Livre circulação de bens e serviços no espaço da CPLP".

12. As delegações presentes foram unânimes na saudação dos avanços alcançados em matéria de livre circulação de pessoas e bens no espaço da CPLP, permitindo potenciar oportunidades aos empreendedores e a todos aqueles que procurem usufruir das vantagens associadas à pertença a esta comunidade.

13. Concordaram que o Acordo de Mobilidade foi um passo decisivo na prossecução da livre circulação de bens e serviços, sublinhando a relevância de dar continuidade ao trabalho já efetuado por forma a reduzir as barreiras alfandegárias nos serviços aduaneiros dos países membros da comunidade, permitindo a criação das condições necessárias ao fortalecimento do ramo empresarial, atravessando fronteiras em direção a novos mercados. Assinalaram a importância da celebração de acordos bilaterais e estabelecimento de mecanismos de cooperação entre os Estados-Membros com vista a garantir a mobilidade no espaço CPLP em plenas condições de segurança e dignidade.

14. As delegações recomendaram aos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o fortalecimento de mecanismos de cooperação entre os Estados-membros com vista à proteção das atividades culturais e desenvolvimento do potencial económico do setor cultural em cada um dos Estados.



15. As delegações, observando o impacto nefasto das alterações climáticas na vida de milhões de pessoas em todo o mundo, cuja particular incidência nos países em desenvolvimento tem provocado o aumento do número de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, identificaram como relevante a adoção de mecanismos de cooperação entre os Estados-membros com vista ao desenvolvimento de ações que promovam a resiliência dos Estados às alterações climáticas e o desenvolvimento de sistemas de produção alimentar sustentáveis.

16. A Presidente da Assembleia Nacional de Angola, deu nota aos Parlamentares que no domínio da livre circulação de pessoas e bens, no espaço da CPLP, Angola é signatária e Parte dos principais instrumentos internacionais que regulam a matéria. Sublinhou que os referidos acordos são catalisadores de uma maior aproximação entre os nossos povos, sendo esse, aliás, o fundamento principal da existência da CPLP, como, considerou, a necessidade dos Estados promoverem as diligências necessárias com vista à implementação dos acordos nos respetivos ordenamentos jurídicos. Aproveitou a ocasião para reiterar a premência em serem encetados contatos junto do Secretariado Executivo, com vista à reformulação do dossier para que se possa concretizar a implementação do Secretariado Permanente da AP-CPLP.

17. O Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, constatou a oportunidade para reforçar as nossas relações económicas, envolvendo empreendedores e empresas, financeiros e financiamento, académicos e academias, inovação e investigadores. Notou que contruir a "CPLP dos povos" significa fortalecer a amizade, aumentar as cumplicidades e favorecer trocas comerciais e parcerias empresarias entre esses povos e que o estabelecimento da livre circulação de bens e serviços pode ser o instrumento necessário para potenciar as oportunidades emergentes das crises por que passa o mundo. Propôs a adoção de uma deliberação com o objetivo de apoiar a iniciativa, em sede da Comissão 1, e recomenda a presidência da Comunidade a análise aprofundada e apresentação de um quadro legal e institucional que propicie o estabelecimento da livre circulação de bens e serviços no espaço da CPLP. Na primeira Comissão - futuro





18. O Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP, enalteceu a necessidade de se avançar com o processo da livre circulação de pessoas e bens no espaço da CPLP como forma criar oportunidades aos empreendedores e a todos aqueles que queiram tirar proveito das vantagens associadas a pertença a esta comunidade.


19. O Chefe da Delegação da Guiné-Equatorial referiu que não se pode promover a plena integração na Comunidade da CPLP sem incluir a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, cuja ideia central é a dissolução de fronteiras físicas.

Relembrou que o Acordo de Mobilidade acertado em Luanda em 2021, durante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, tem por objetivo a facilitação de mobilidade de todos os nacionais de todos os Estados, incrementando assim as relações de cooperação em todos os âmbitos e o fomento do sentimento de pertença à CPLP.

Frisou que a pena de morte foi abolida totalmente na República da Guiné Equatorial, o que mereceu a ampla saudação dos parlamentares presentes.

Considerou que a língua portuguesa é um fator decisivo de integração plena que está a ser atingido através de programas no Curriculum de Educação na Guiné Equatorial, bem como por via da transmissão de programas televisivos exclusivamente em português.

Informou que após a dissolução do Parlamento e dos governos provinciais, foram convocadas eleições presidenciais na Guiné-Equatorial, para a Câmara dos Deputados, para o Senado e para os governos provinciais no próximo dia 20 de novembro.

 20. O Chefe da Delegação de Moçambique sublinhou a contribuição da República de Moçambique para a materialização da livre circulação de bens e serviços no espaço da CPLP, com a ratificação do acordo de mobilidade na CPLP, a 17 de julho de 2021, em Luanda. Julgou ser oportuno o seu debate, pois visa estabelecer um modelo de cooperação económica e empresarial, assegurando maior inclusão e controlo fiscal entre os Estados membros, de acordo com os interesses nacionais, numa altura em que o mundo está cada vez mais globalizado.








21. O Presidente da Assembleia da República notou que, no seguimento da ratificação do Acordo de Mobilidade, que alterará a forma de circulação no espaço da Comunidade, pelos Estados membros, o passo seguinte é o de promover a circulação de bens e serviços no espaço da CPLP, uma vez que reforça o eixo económico e comercial da Comunidade. Referiu que Portugal alterou e regulamentou a lei, como forma de permitir, com base no quadro legal, a eliminação de barreiras burocráticas para que cidadãos da CPLP possam circular em Portugal, com o objetivo de criar um sentimento de pertença da nossa Comunidade.

22. O Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe referiu que a problemática da livre circulação de bens e serviços pressupõe, de igual modo, a circulação de pessoas e tem sido uma das principais aspirações no seio da nossa comunidade e que apesar dos desafios, os ganhos conjuntamente alcançados representam garantias seguras para um futuro que se antevê deveras promissor. Considerou que o tema escolhido adquire particular relevância quando a mobilidade de bens e serviços incorpora em si a mobilidade laboral dentro da CPLP, matéria de particular relevo face à necessidade de mão-de-obra qualificada nos países com maior debilidade neste domínio e não qualificada nos países mais desenvolvidos.

Salientou que os empresários oriundos dos países de língua portuguesa, particularmente de São Tomé e Príncipe, continuam a enfrentar dificuldades na obtenção de vistos, resultando em constrangimentos na mobilidade de bens e serviços dentro da nossa comunidade.

23. O Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste partilhou com a plenária alguns dos mais significativos avanços no país com o objetivo de promover o desenvolvimento económico e atrair investimento. Destacou ainda a importância do estabelecimento de percursos migratórios regulares, promovendo a migração segura, através da celebração de acordos bilaterais entre os Estados-membros, que reforcem a capacidade de gestão dos fluxos migratórios, promovam a formação técnica com vista à integração no mercado de trabalho, disseminem a informação sobre a migração e mobilidade nos países de origem e nos países de destino e criem condições para prestar assistência aos migrantes retidos.



24. Para terminar a sessão, a Assembleia concluiu que o tema sobre a livre circulação de bens e serviços deve manter-se na agenda dos decisores políticos, com o propósito de fortalecer o aprofundar os laços que unem a Comunidade.
25. Na sessão dedicada às missões de observação eleitoral no âmbito da CPLP, os Parlamentares consideraram que este exercício se insere no contexto das atividades regulares da Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, constituindo-se como um elemento fundamental para o cumprimento dos objetivos da organização. Sublinharam que a democracia não se esgota nas eleições e que a participação dos Parlamentares nos processos de observação eleitoral são momentos relevantes para a resiliência das democracias, enaltecendo a CPLP.

Lisboa, 25 de outubro de 2022.

O Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP



Deputado Cipriano Cassamá

A Presidente da Assembleia Nacional de Angola



Deputada Carolina Cerqueira

O Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde



Deputado Austelino Correia

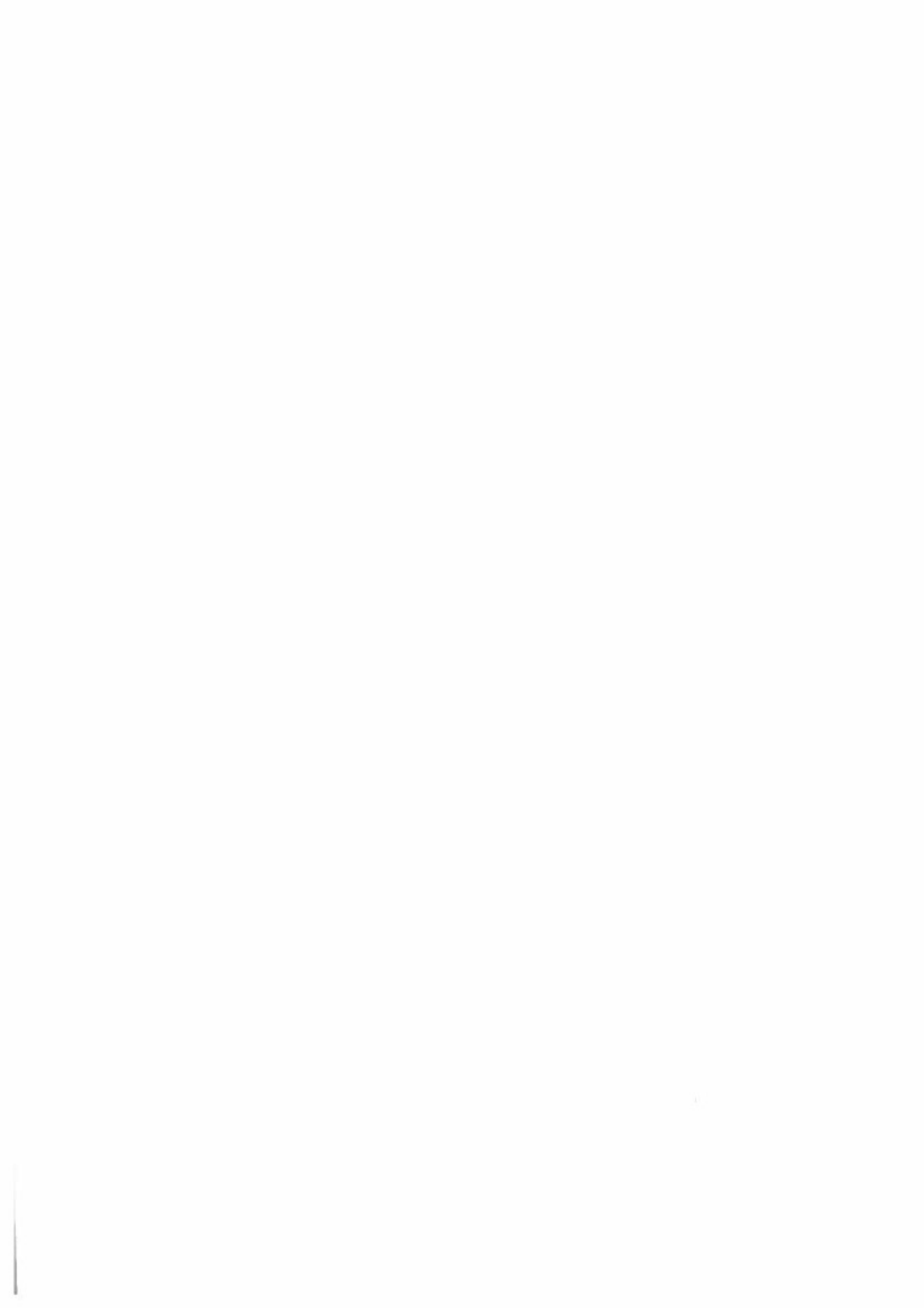
Pelo Presidente do Senado da Guiné-Equatorial



Senador Atanásio Ela Ntugu Nsa

Pela Presidente da Assembleia da República de Moçambique





Sérgio Pantie

Deputado Sérgio Pantie

O Presidente da Assembleia da República de Portugal

Augusto Santos Silva

Deputado Augusto Santos Silva

O Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe

Deputado Delfim Santiago das Neves

O Presidente do Parlamento de Timor Leste

Deputado Aniceto Longuinhos Guterres Lopes

